



Em reunião de 28.12.2022

Com:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2022

-----votos a favor-----

-----votos contra-----

-----abstenção-----

I – ABERTURA -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, pelas 20 h 15 m reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Pavilhão Polidesportivo da União Desporto e Recreio de Vila Nova da Rainha, na freguesia de Vila Nova da Rainha, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- Ponto 1 – Atividade Municipal – Período de 12 de abril a 03 de junho de 2022 -----

----- Ponto 2 – Proposta de alteração ao Regimento (PSD) ----- P 1/PSD/2022

----- Ponto 3 – 2º Aditamento ao Contrato entre CMA e a CIMLT – Transporte Passageiros -----

----- P 37/P/2022

----- Ponto 4 – Projeto de Regulamento de Atribuição e Gestão das Habitações Sociais -----

----- P 13/V-MO/2022

----- Ponto 5 – Projeto de Regulamento de Apoio à Fixação de Médicos de Família -----

----- P 20/V-AMC/2022

----- Ponto 6 – Revisão Orçamental nº. 2 ----- P 45/P/2022

----- Ponto 7 – Requalificação da Escola Secundária de Azambuja ----- P 47/P/2022

II – PRESENÇAS -----

----- Mesa da Assembleia: -----

----- Presidente – Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos -----

----- Primeiro Secretário – Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição -----

----- Segundo Secretário – Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo -----

----- Membros da Assembleia Municipal: -----

----- Encontravam-se presentes os membros senhores Alexandre José Gomes Grazina, António José da Fonseca Nobre, António Manuel Amara Costa, em substituição de David José Pinto Mendes,



António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos Alberto Cláudio Pires, Carlos Alberto Rafael da Fonte, Cláudio André Serrano Horta Salema, Elisete Maria Vitorino Rodrigues, Francisco António Galvão Morgado , Firmino Miguel Santos Batista Amendoeira, Gonçalo Luís Mesquita Ferreira, Gustavo Bruno Borda de Água, Helena Maria Amorim Maciel, Horácio Gomes Ribeiro, Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas, em substituição de Cláudia Helena Domingos Gomes, José Avelino Colaço Correia, José Manuel Fortunato Martins, José Vieira Navarro de Andrade, Maria de Fátima Gaspar Pinto, Marta David Gondar Diniz, Natália Maria Andrade Peres, Nelson Caetano Rodrigues, Sérgio Paulo de Sousa Alexandre e Tiago João Freitas Santos, em substituição de Maria João Martins Canilho de Sousa. -----

----- Membros da Câmara Municipal: -----

----- **Presidente** – Silvino José da Silva Lúcio -----

----- **Vereadores** – Ana Margarida Serrano Gaspar Coelho -----

----- Mara Lúcia de Almeida Oliveira -----

----- Rui Pedro Figueiredo Corça -----

----- José Paulo de Carvalho Pereira -----

----- Maria Inês da Graça Louro -----

----- Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi verificada a existência de quórum. -----

III – SUBSTITUIÇÕES -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia informou de que, ao abrigo do n.º 1 do artigo 78º e do n.º 1 do artigo 79º ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na sua atual redação, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, a Senhora Deputada **Maria João Martins Canilho de Sousa**, representante do PSD na coligação PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM sendo substituída pelo Senhor Deputado **Tiago João Freitas Santos**, representante da mesma coligação na lista admitida, a Senhora Deputada **Cláudia Helena Domingos Gomes**, representante do PS sendo substituída pela Senhora Deputada **Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas**. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia deu início à reunião, cumprimentou os presentes e o público



que assistia via Youtube, no canal da autarquia. -----

----- A Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do Grupo CHEGA, afirmou que a assembleia municipal não poderia prosseguir, por existir elementos que não poderiam estar presentes na mesma, visto o parecer que tinha recebido da autarquia referir que os mesmos teriam de suspender atividade até existir uma decisão final, sobre a suspeita de impedimento. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia referiu que a sessão iria prosseguir e que o documento que tinha sido entregue não determinaria qualquer intenção de ser suspenso o mandato de uma funcionária, que também é deputada municipal. O que teria sido explicado pelo escritório de advogados, foi que haveria lugar a suspensão de mandato, aquando da existência de algum impedimento em concreto. -----

----- A Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do Grupo CHEGA, mencionou que segundo o parecer rececionado a 5 de junho de 2022, emitido pela Sociedade de Advogados M. Rodrigues e Associados, na página oito, ponto 3º conclusões, alínea g) referiria o que passaria a citar: “Todavia uma vez comunicada a existência de um eventual impedimento, até decisão a recair sobre o mesmo, deverá proceder-se à suspensão da atividade do interveniente no procedimento em questão.”. Por esse motivo, os elementos do partido CHEGA, iriam prosseguir na sessão sob protesto, porque entenderiam que a mesma estaria ilegalmente constituída e não abandonando a sessão porque compreenderiam que havia matérias muito pertinentes a serem discutidas. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia indicou que o que estaria em causa, seria não ter sido levantado nenhum impedimento em concreto, e nesse caso é que daria lugar a uma suspensão de mandato. O que tinha sido levantado pelo partido CHEGA e que foi encaminhado para os senhores deputados, foi um pedido de esclarecimento sobre a incompatibilidade ou um potencial impedimento, da deputada Cláudia Gomes ser simultaneamente funcionária municipal. Informou que teria sido efetuado um pedido jurídico à câmara municipal, que encaminhou esse pedido ao escritório de advogados com o qual trabalha. A resposta recebida e reencaminhada para os senhores deputados, determina a não existência de qualquer incompatibilidade, o que poderia existir eram impedimentos no caso de propostas que a senhora deputada possa ter tido a sua participação aquando da elaboração, e nesse caso, não poderia participar na discussão e votação dos documentos.



IV – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS” -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia lembrou as normas aplicáveis à inscrição dos cidadãos para intervenção nesta sessão, conforme descrito em Edital, tendo a Assembleia recebido quatro pedidos de intervenção. -----

----- Interveio o Senhor António Pires informando que iria expor três situações. Começou por mencionar a falta de médicos de família, questionando se o município não poderia contratar médicos para atender os munícipes. Referiu o elevado tráfego de trânsito até Vila Nova da Rainha, que o teria levado a demorar meia hora a chegar ao local. Teria pedido um parecer à Zero sobre o amianto em Azambuja a questionar se ao longo do tempo iria haver libertação de fibras de amianto, ao que lhe responderam que existiria sempre risco, porque teriam colocado ilegalmente na mesma cela, amianto e resíduos orgânicos, e que iriam questionar a CCDR e a APA sobre a situação. Por último informou o senhor presidente de que fez uma denúncia de infração de direito europeu. -----

----- A Senhora Ana Silva perguntou ao senhor presidente o que iria ser feito e quando, com a obra que teria sido embargada. -----

----- O Senhor José Coelho referiu que lhe teria sido dito pelo senhor presidente da câmara na altura, que a obra teria sido embargada por falta de licenciamento, porém na última reunião municipal afirmou ter sido dito pelo atual senhor presidente de câmara, que a obra estava embargada por falta de dinheiro, e gostaria de saber qual dos motivos é o verdadeiro e o que pensam fazer em relação à obra. -----

----- Interveio a Senhora Sandra Azeitão, questionando se o foco de poluição da Ribeira do Valverde estaria devidamente identificado e documentado. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara em resposta ao senhor António Pires, afirmou que já teria conhecimento da falta de médicos de família e que a gestão não pertenceria à câmara. Relativamente ao tempo que demorou a chegar a Vila Nova da Rainha, referiu pensar que o tráfego de trânsito fosse melhorar com a construção de umas rotundas e com as melhorias que se irão introduzir. Mencionou que os pareceres da Zero seriam iguais a outros pareceres, e que ainda não teriam tomado uma decisão definitiva em relação a essa matéria. Em resposta à senhora Ana Silva e ao senhor José



Coelho, disse que do que teria conhecimento, a cooperativa teria ficado sem capacidade de endividamento à banca, e conseqüentemente teria parado a obra devido à falta de dinheiro. Iria inteirar-se do que se poderia realizar na obra para lhes dar nota. À senhora Sandra Azeitão, referiu que já tinham identificado alguns focos de poluição e que já os teriam regularizado, porém continuaria a existir descargas e teriam de fazer um levantamento mais exaustivo. -----

V – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----

----- ATAS -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que tendo sido distribuídas aos senhores deputados da assembleia as atas relativas às sessões dos dias 28 de dezembro de 2021 e 5 de janeiro de 2022, passar-se-ia à sua votação. -----

----- Colocadas à votação, foram obtidos os seguintes resultados: -----

----- **Ata de 28 de dezembro de 2021** – Aprovada por unanimidade. -----

----- **Ata de 5 de janeiro de 2022** – Aprovada por unanimidade. -----

----- INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS -----

----- O Senhor Presidenta da Junta de Freguesia de Azambuja André Salema, do Grupo PS, felicitou a câmara municipal pelo excelente evento Rainha das Vindimas, e felicitou também o atual e o antigo presidentes da junta de Vila Nova da Rainha por terem transportado juntos o andor na abertura das festas de Vila Nova da Rainha, dando assim um exemplo magnífico de cidadania e saber estar. Mencionou o grave problema existente na freguesia de Azambuja, de roubos de veículos, vandalismo de equipamentos municipais, de parques infantis, de sinalização, etc., e que existia uma falta de efetivos da GNR que o preocupava. Requereu ao senhor presidente da câmara, visto estar a trabalhar em conjunto com a Guarda Nacional Republicana na construção do novo quartel da GNR de Aveiras de Cima, a mesma aumenta-se o número de efetivos da GNR durante a noite e fins-de-semana na rua. Disponibilizou uma imagem para que todos os senhores deputados, executivo e mesa pudessem observar e constatar o estado em que está o veículo utilizado pelos Bombeiros Voluntários de Azambuja, para procederem ao transporte de material de socorro e de desencarceramento que é utilizado quase todas as semanas. Sabia que a câmara municipal não poderia chegar a tudo, até

porque já contribui bastante para aquilo que são as equipas e para o dispositivo da área dos bombeiros, no entanto, a antiga câmara municipal fez um investimento num veículo que teria sido frontalmente contra, por acreditar que existem investimentos mais prioritários. Referiu que estava na hora de dizer à Senhora Secretária de Estado da Proteção Civil, que há mais de vinte anos que os Bombeiros de Azambuja não recebem qualquer tipo de contribuição para reequipamento. Mandar a fotografia do veículo em causa e perguntar onde andam os concursos europeus, que são sistematicamente lançados só para equipamentos de incêndios florestais. Em jeito de minimizar o assunto, é um investimento que custa mais de 200 mil euros, apelou à câmara municipal que se sensibilizasse algumas empresas que pudessem eventualmente ajudar os Bombeiros de Azambuja. Deixou o repto de que a câmara necessita urgentemente de fazer podas na freguesia de Azambuja, visto já ter existido vários acidentes dentro do núcleo urbano. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do Grupo CHEGA, questionando o senhor presidente se existiam partidos isentos da lei, visto que perante a mesma, dispõem de um determinado tempo para remover a publicidade eleitoral e o concelho está cheio de resíduo visual. Recentemente teriam sido vandalizadas paredes em Azambuja, onde foram pintadas a vermelho um cartaz de publicidade a festas. Perguntou se existiria algum método de responsabilizar o partido pelo ato de vandalismo perante a propriedade privada. Relativamente a uma situação de discussão, com a participação de dois funcionários municipais, no Mercado Diário de Azambuja, disse pretender que o senhor presidente desse alguma dica do que já se teria apurado. Requereu à mesa que lhe fosse remetido cópias da documentação do cemitério de Tagarro e da escritura do terreno, feita há cerca de dois meses e meio. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha Gustavo Borda de Água, do Grupo PSD, felicitou a câmara municipal pelo belo espetáculo da gala final da Rainha das Vindimas do concelho de Azambuja. Agradeceu, igualmente, à câmara municipal por todo o apoio logístico que deu na freguesia de Vila Nova da Rainha, na elaboração da festa anual em honra de Santa Marta. Depois da reunião que teria tido com o senhor presidente há quinze dias, ficou com a dúvida sobre se a rede fotovoltaica da cerca iria avançar, não entendendo a pretensão da colocação da subestação na freguesia de Vila Nova da Rainha. Perguntou o que a câmara municipal pretenderá fazer com a verba que irá receber com o direito de passagem. Em seu entender, caso a construção da subestação

se venha a concretizar, uma parte da verba apurada deverá ser investida em obra na freguesia de Vila Nova da Rainha, como contrapartida da penalização que a população poderá vir a sofrer, com a colocação de tantos cabos de alta tensão no território e perto de zonas populacionais. Mencionou que esperaria que desta vez, com os benefícios financeiros que a câmara irá usufruir com a empresa da sua freguesia, exista investimento e uma qualquer mais-valia para a população de Vila Nova da Rainha, visto que para os seus habitantes, ficará apenas o ónus negativo de mais trânsito caótico e diário. Perante a falta de habitação na freguesia, pediu que informassem os vila-novenses sobre quais os planos da câmara municipal para a Quinta do Queimado, e questionou porque não demonstrar interesse público para a alteração do PDM, de modo que possa mudar o regime de terrenos agrícolas para urbanizáveis. A câmara municipal teria acordado com a empresa construtora do armazém da modis, a contrapartida de efetuarem a requalificação da Avenida Gago Coutinho, porém, a obra encontra-se em fase final de construção, e a requalificação não se vislumbra. Relembrou o senhor presidente de que teria sido requerido aos presidentes de junta, a apresentação do memorando com a identificação de três obras prioritárias no ano corrente. Estavam no último semestre do ano e não se vislumbraria qualquer iniciativa camarária para a execução de qualquer destas obras. -----

----- A Senhora Deputada Marta Diniz do Grupo CDU, começou por dizer que não se encontrava tão feliz assim com a situação do concelho de Azambuja. As tentativas mesquinhas de limitação de liberdade de expressão e política, geralmente protegidas através da propagação de mentiras nesta assembleia municipal. O que interessa de facto ao grupo da CDU, é fazer louvar as iniciativas que existiram este mês, nomeadamente, nas greves de dia 3 e 15 de junho, por parte dos trabalhadores do concelho de Azambuja. Lembrar a luta dos trabalhadores da Worten e da DHL, presentes em greve, a plano do aumento de salários, à regulação do horário de trabalho e à criação de melhores condições de segurança no trabalho. O PCP esteve ao lado destes trabalhadores nos diversos piquetes realizados e continuará ao seu lado para dar ainda mais voz às suas reivindicações dignas e fundamentais. Apelou à unidade de todos os trabalhadores do concelho de Azambuja, para participarem na manifestação nacional da CGTP, no dia 7 de julho, pelas 14h30m em Lisboa. Uma manifestação fundamental para demonstrar e reforçar a voz e reivindicações dos trabalhadores, assim sendo, a luta continuará neste concelho com o PCP e todos os trabalhadores, pela criação de

melhores condições de vida, pois temos sofrido bastante com o aumento progressivo do custo de vida em todos os sentidos. O PCP sempre pugnou pela soberania do país e apenas com a soberania alimentar, energética e económica poderá, de facto, passar por cima de todos estes problemas. Referiu querer deixar bem explícito, que a luta do PCP foi sempre uma luta pelos direitos dos trabalhadores e consequentemente por uma luta do direito de todos, e nunca uma tentativa de limitação da liberdade política e ideológica. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, em resposta ao senhor presidente de junta André Salema, referiu ter elencado o conjunto de situações que mencionou, e que já tinham feito participação à GNR contra desconhecidos, estando a situação a ser tratada através dos serviços jurídicos da câmara. Quanto à possibilidade de reforçar com recursos humanos os dois quartéis da GNR, já teria referido essa situação na reunião que teve com o Senhor Ministro, que garantiu que com o novo recrutamento viriam mais duas pessoas para Azambuja e uma para Aveiras e Cima. Relativamente ao carro de desencarceramento dos bombeiros, disse que sabia dessa situação há pouco tempo, e que iria colocar a questão de falta de apoio nesta área à Senhora Secretária de Estado. As podas, é uma situação que irá ser tratada quando for altura de as fazer. Ao senhor deputado Carlos Fonte, disse que os partidos não estão isentos da lei e poderiam colocar as suas publicidades às festas, dentro dos parâmetros que a lei assim obriga. Na questão do mercado municipal, depois da reunião de Aveiras de Cima, que foi relatado lá por uma senhora essa situação, já teria pedido para lhe fazerem chegar os factos do acontecimento, para se tomar as devidas atitudes em relação à situação. O senhor presidente de junta Gustavo Borda de Água, falou sobre a rede fotovoltaica e da cerca que era para ser instalada na Quinta da Cerca, porém, decidiram ir para Alenquer. A única coisa que ficou desse projeto, são quatro ou cinco linhas de alta tensão que ficam no nosso território. Estavam atentos a essas contrapartidas e já teriam falado com a EDP Renováveis, porque vai comprar o terreno da Aquaril com intenção de fazer a subestação lá. O investimento, conforme lhe teria dito, irá ser feito em Vila Nova da Rainha. Os terrenos agrícolas para habitação, pensaria que falava do terreno da contrapartida em frente às vivendas e o mesmo possui uma parte urbana, portanto, existe a intenção de fazer alguma coisa no mesmo. A Avenida Gago Coutinho é um processo que se mantém. Para os projetos de saneamento, iria ver na CCDR do Alentejo, se conseguiriam esse e outros abastecimentos de água e esgotos, para completar o que falta das redes. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Helena Maciel do Grupo PSD, referindo que a obra embargada da Socasa não iria ser acabada, porque a população realizou um baixo assinado para a mesma ser embargada, e não concordariam com o projeto que a Socasa tem para o local. Existe um documento assinado, denominado de alteração à constituição do direito de superfície. Em 2020 solicitou autorização para aceder ao documento, tendo sido autorizada, no entanto, apenas para consulta e com uma pessoa na sala a vigiar. Possuía três folhas escritas à mão, porque queria perceber exatamente o que estava escrito na sua caderneta predial urbana. Diz que é moradora identificada, tipo de titular superficiário, por ionicidade temporário com início em 1986 e fim em 2056, documento de escritura pública, as referências e o nome do município de Azambuja. No âmbito de uma revisão feita a um documento oficial de 2003 diz, O objeto de direito de superfície de construção de quarenta e sete fogos e unidades de equipamento social coletivo. A Socasa não pode criar um projeto fora daquilo que está programado e escriturado. No ato nº 1, alínea o) construir as construções referenciadas na alínea a) da cláusula nº1, a cooperativa obriga-se a num prazo máximo de dois anos, a reconstruir as obras que foram destruídas num prazo razoável fixado pela câmara. De seguida diz, manter os terrenos bem como as obras em perfeito estado de conservação, segurança, limpeza e celebridade, cabendo-lhe executar ou fazer executar todas as reparações necessárias nas construções, instalações ou objetos de direito de superfície. Sobre a pena de ineficácia de transmissão tem um ponto importante e depois diz, atualização dos terrenos para fins diversos no disposto nas alíneas anteriores, carece de autorização prévia da câmara sob pedido devidamente fundamentado e autorizado, e autorização necessariamente negada se a câmara entender que houve desvio do destino previsto para o exercício de direito de superfície. O direito de superfície é constituído por um prazo de 70 anos, com início em dezembro de 1986 e a câmara pode, ao fim de 35 anos fazer uma prorrogação desse prazo, ou se assim considerar, que o prazo pode cair e deixar de ter esta situação com a Socasa. Estando a 33 anos, o prazo dos 35 anos estaria quase a cair. Continuando com a situação de dizer que a escritura de alteração à constituição de direito de superfície, referiu pagar uma taxa do mesmo, não tendo qualquer benefício com o IMI e sendo prejudicada por viver numa vila que não possui praticamente nenhuns serviços. A taxa de direito de superfície é paga anualmente e presencialmente nos serviços da câmara, porém questionou o que era feito com esse mesmo dinheiro e quando iria reverter para coisas importantes na freguesia.



Deixou a nota de que em 2011 teria escrito um email ao senhor presidente, a sugerir que construíssem um parque infantil com a temática da aviação militar, ao que lhe teria respondido que seria uma boa ideia, no entanto, até à data, nada foi construído. Propôs que se construísse uma creche municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima António Torrão, do Grupo CDU, questionou quantos milhões já tinha o município de Azambuja investido na educação, sobre aqueles acordos de 2009 e 2022 com o governo central. Aveiras de Cima é um dos casos raros do país, que possui duas escolas EB1, uma com 37 anos e a outra com mais de 60 anos. Referiu querer uma candidatura a quadros comunitários, para também fazer lembrar este Partido Socialista, que prejudicou uma obra, na freguesia de Aveiras de Cima, de um centro escolar construído de raiz. Perguntou para quando uma requalificação da escola EB1, pois hoje poderiam ter um projeto de raiz, estavam 2 milhões de euros cativados para a obra, e que o senhor presidente na altura, disse numa assembleia em Aveiras de Baixo, que teria sido uma opção política, prejudicando assim uma freguesia. A política deve defender os interesses das freguesias e do concelho. A única coisa que pretende para a sua freguesia, é que o município de Azambuja, o ajude a contruir um cemitério da vila, visto já ter sido necessário enterrar três cidadãos no cemitério de Azambuja. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo José Martins, do Grupo PSD, disse que os assuntos que trazia já teriam sido abordados repetidas vezes, mas por não estarem resolvidos, careceriam de ser novamente apresentados. Na última assembleia extraordinária, alertou o senhor presidente da câmara para o facto de ser a altura ideal para os proprietários dos lotes vazios dos Casais da Lagoa e Virtudes, serem notificados para procederem à limpeza da vegetação. Na reunião de câmara no passado dia 24 de maio, no Convento de Santa Maria das Virtudes, a senhora vereadora Ana Coelho, informou que já tinham notificado 76 proprietários. Em 8 de junho último teria endereçado um email para saber quais lotes entretanto notificados, e até ao momento, não teria obtido resposta, nem os lotes tinham sido limpos. Outro assunto é a limpeza da linha da água, por detrás da Urbanização Quinta Santo António em Casais da Lagoa, tendo já enviado um email à proteção civil, a colocar funcionários da junta de freguesia à disposição, logo que a câmara ceda uma máquina. Quanto ao arranjo da escadaria do convento, já teria cedido solução que não acarretaria adjudicações, seria apenas necessário empregar um funcionário da câmara e utilizar lancis e pedras

da calçada, recém levantada na Rua Vitor Cordon. Requereu ao senhor presidente que lhe enviasse as diligências necessárias, no sentido de todos os utentes da freguesia de Aveiras de Baixo, regressarem ao centro de saúde de Azambuja. Questionou se já saberia dizer alguma coisa acerca do procedimento concursal do recrutamento de médicos para Azambuja, que teria terminado no dia 24. Para finalizar, perguntou qual seria o ponto de situação sobre os contratos interadministrativos da delegação de competências. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, em resposta à senhora deputada Helena Maciel, disse que iriam ver em que ponto se encontrava a questão da Socasa, para depois se tomar as devidas ações relativas a essa matéria. A creche municipal é uma boa ideia e irão ver se conseguem implementar. Em resposta ao senhor presidente de junta António Torrão, referiu que não teria capacidade de lhe dizer quantos milhões teriam sido gastos, mas que foi bastante dinheiro gasto na educação. Relativamente ao projeto de candidatura sobre a EB1, iria haver algum dinheiro e pode ser que a consigam. A questão da construção do novo cemitério, o projeto já foi à aprovação do IP e estariam a dar os passos finais para lançar a empreitada. Ao senhor presidente de junta José Martins, informou que já teriam 108 notificações aos proprietários dos lotes vazios. A limpeza da linha de água em Casais da Lagoa, iria ver no PDM se é um espaço urbano, e consequentemente responsabilidade da câmara. Quanto à escadaria do convento, assim que existir condições, irão fazê-lo, aproveitando a sua sugestão. Teriam de falar novamente com o diretor do centro de saúde, para essa situação dos utentes, portanto, havia o compromisso para que os utentes das Virtudes, até por força da circunstância do único transporte público que possuem, que é o comboio, pudessem utilizar a extensão ou o centro de saúde de Azambuja. Agora achava que se estava a referir aos dos Casais da Lagoa e aos de Aveiras de Baixo, portanto, irão falar com a direção do centro de saúde e fazer ver que essa necessidade e essa medida é que as pessoas querem. Os médicos, o concelho foi bafejado com três vagas. Entre setembro e outubro irão começar a falar com as juntas, acerca dos contratos internos administrativos, e na próxima reunião de câmara vão levar os 5% que já estavam comprometidos com efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2022. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do Grupo CDU, reforçando a questão já abordada da saúde no concelho, visto ser um assunto grave. Relativamente às fotovoltaicas, o projeto já estaria encaminhado, e tem suscitado o repúdio público da população dos Casais das Boiças, devido à linha



de muita alta tensão. Esperaria que o senhor presidente, agora que a responsabilidade sobre essa matéria passou do município para o governo, fizesse sentir ao Senhor Secretário de Estado e ao Senhor Ministro do Ambiente, que a população não quer uma solução dessa natureza. -----

----- O Senhor Deputado Firmino Amendoeira do Grupo BE, alertou para o mural colocado junto à ponte da vala de Azambuja, que continha a informação de que D. Pedro I teria reinado Portugal no século XIV, e não estaria correto. Questionou que tipo de embarcações é que poderiam entrar na água através da rampa construída no esteiro. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do Grupo CHEGA, para deixar bem claro que não teria visto quem pintou as fachadas em Azambuja. Junto da residência em causa, encontrava-se um mupi do Bloco e junto à Caixa Agrícola de Alcoentre outro da CDU, portanto saberiam que partido o teria feito. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Firmino Amendoeira do Grupo BE, mencionando que teria sido o próprio a colocar o mupi, e que os mesmos não possuem propaganda eleitoral, visto esta possuir um prazo para estar exposta, mas sim informações. Na altura em que o colocou solicitou autorização aos proprietários da casa, que lha concederam, desde que o mupi não fizesse barulho. -----

----- O Senhor Deputado António Nobre do Grupo CDU, referiu que todas as forças políticas deteriam um espaço no concelho dedicado à divulgação da sua mensagem política, e que o CDU utilizaria esses espaços reservados nos diversos locais. Iriam obviamente mudando a sua propaganda política natural. Está previsto na lei e não é necessário consentimento de quem quer de direito, visto existir uma liberdade conquistada com o 25 de abril. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, em resposta ao senhor deputado António Nobre, disse que teriam tido uma reunião, com a Senhora Ministra e os colegas de câmara da região da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, onde manifestou o problema da saúde no concelho que se tem vindo a agravar. No momento, onze mil utentes já se encontram sem médico de família, possuindo o concelho apenas quatro médicos. O Dr. Adriano, que estava no Alto Concelho iria-se reformar em setembro e iriam tentar falar com ele para continuar, visto que teriam sido informados pelo gabinete da Senhora Ministra, que no caso de conseguirem arranjar médicos, a ARS os contrataria. Na questão das fotovoltaicas, já teria pedido uma audiência ao Senhor Ministro, que estava para breve, onde iria, juntamente com a comissão, falar das preocupações que a mesma tem para lhe transmitir. Ao senhor



deputado Firmino Amendoeira, disse que iria ver a questão da data, se é século XIV ou XVI. A rampa construída no esteiro, será apenas para caiaques e canoas. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do Grupo CHEGA, afirmando que sabia da existência de locais para as atividades dos partidos, mas que seria uma liberdade alcançada em 1975. Porém essa liberdade não vai a favor de pintarem uma fachada. -----

VI – ORDEM DO DIA -----

----- Ponto 1 – Atividade Municipal – Período de 12 de abril de 2022 a 03 de junho de 2022 -----

----- Interveio a Senhora Deputada Helena Maciel do Grupo PSD, questionando se a limpeza das linhas de água em Vila Nova da Rainha já teria sido executada. No ponto 05.07.05, relativamente ao esclarecimento sobre o roteiro para a neutralidade carbónica de Azambuja, requereu ao senhor presidente que explicasse exatamente o que significaria o mesmo. Na questão da cultura, teria procurado a indicação sobre a reabertura do museu e não a encontrou. Na página dezasseis, referente à saúde, vem mencionado a dinamização de cinco ações de formações às IPSS, mas não as refere quanto à literacia da saúde mental, projeto localmente e kit de saúde mental, neste caso não sendo localmente, mas sendo manifestamente. Questionou em que consistiria exatamente o kit básico de saúde mental. Quanto à proteção civil, perguntou porque é que teria existido necessidade de fazer levantamento de hidrantes e marcos de incêndio neste momento. Por último interrogou o que seria o ajuste direto e para servia. -----

----- O Senhor Deputado Nelson Rodrigues do Grupo PSD mencionou, mais uma vez, que não receberia informação da câmara sobre eventos e atividades. Na página vinte e três, referente à parte de execução orçamental, referiu que quando estiveram a discutir o orçamento que o executivo apresentou, teria questionado algumas rubricas que estariam a ser inseridas no orçamento. Uma dessas rubricas dizia respeito à receita previsional do IMT, que está orçamentado uma verba de 3 milhões e 900 mil euros. Teria questionado o senhor presidente o porquê desse valor, que lhe teria respondido que o orçamento era feito com base no orçamento dois últimos três anos. Afirmou que estariam no final do mês de junho e que a execução desta verba representava 15% daquilo que estaria orçamentado, ou seja, de uma verba de 3 milhões e 900 mil euros previstos, teriam recebido

587 mil euros, e não realizando o resto até ao final do ano, estar-se-ia a falar de um desvio de receitas. A rubrica que teria chamado à atenção que estava mal orçamentada, foi orçamentado em 560 mil euros, estando no final de junho, foi realizado 65 mil euros, menos meio milhão de euros. Ter-lhe-iam dito que a diferença de valor se devia a taxas referentes ao licenciamento das obras dos armazéns. Em duas rubricas teriam um desvio de receitas de quase 4 milhões de euros e estaria à espera que lhe explicassem como se iria englobar a diferença. Na página vinte está orçamentado para o ano inteiro 4 milhões e 300 mil euros, tendo sido gastos até ao final do mês de maio, 2 milhões e 900 mil euros, 68% da verba orçamentada para custos com pessoal para o ano inteiro. Quando o orçamento foi discutido, houve um deputado municipal que sugeriu que a câmara organizasse uma sessão de formação sobre orçamentação e contabilidade pública, portanto, agradeceria que a câmara, se puder, organize essa formação. Na página dois está mencionado um levantamento da infraestrutura tecnológica municipal, e gostaria de saber o resultado desse levantamento. Deixou um pedido para que fossem informados dos desenvolvimentos efetivos que houve no PDM. Na página três, ponto 02.02.02, vem referido operações estratégicas de reabilitação urbana (ORUs) – conclusão de análise e informação e, gostaria de saber as análises realizadas, que conclusões retiraram e o que planeiam fazer com as mesmas. No ponto 02.03, os regulamentos que se encontram em revisão, já se encontrariam em revisão no anterior executivo. No ponto 05.03.01, estava expressa uma iniciativa de louvar, a gestão de óleos alimentares usados, mas gostaria de saber como funciona, quem beneficia e quem é responsável pela gestão. Quanto ao ponto 07.02.10 – Conselho Municipal do Desporto, disse que já vinha do anterior executivo e gostava de saber o que aconteceu, entretanto. Questionou que retornos efetivos é que o concelho obtém das participações em feiras e qual o custo de participação nas mesmas. No ponto 07.04.01 – Estruturação e concessão de projetos para a futura dinamização de um espaço dedicado aos jovens, mais uma vez vinha do anterior executivo, e gostava de saber o que aconteceu. Por fim, questionou qual é o gabinete externo de serviços jurídicos da câmara, o valor dessa avença e que serviços estão incluídos na mesma. -----

----- Em resposta à Senhora Deputada Helena Maciel, o Senhor Presidente da Câmara informou que a câmara se muniu, por ser obrigatório a todo o continente, os municípios que não tenham o roteiro da mobilidade carbónica irão ficar impedidos de se candidatar a um conjunto de projetos no âmbito do Portugal 202030. Já o teriam, porém só depois de ir à câmara para ser discutido e aprovado é que



virá à assembleia municipal e nessa altura, dar-lhe-á nota de todas as nuances do mesmo. Para responder à questão relacionada com a proteção civil, pediu à vereadora Ana Coelho que fizesse uma intervenção, de forma a esclarecer melhor. -----

----- A Senhora Vereadora Ana Coelho relativamente à questão levantada, referiu que teria essencialmente a ver com as medidas de autoproteção das escolas, nomeadamente a revisão e substituição de extintores, a iluminação de emergência e a substituição de carretéis. A questão do levantamento da rede hidrantes, disse que por uma questão de prevenção, seria costume fazer o levantamento dos integrantes exteriores e dos marcos de água, para verificar se existe alguma situação que tenha de ser reportada a quem de direito. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara sugeriu ao gabinete de comunicação presente, que tomasse nota de que o senhor deputado Nelson Rodrigues não estaria a receber comunicação e disse ter havido mais deputados a queixarem-se igualmente. Para responder às questões respeitantes ao orçamento municipal, solicitou à Dr.ª Irene Lameiro que respondesse. -----

----- Interveio a Dr.ª Irene Lameiro, referindo que relativamente às regras previsionais, utilizavam o que está escrito no Decreto-Lei 54, alínea a) 99 no ponto 3.3.1, que é o que diz que as receitas devem ser a média dos vinte e quatro meses. Ter-se-ia detetado, que as notações previsionais que estão na coluna são as de 2021 e não de 2022, por isso iriam pedir aos serviços para procederem à correção dos mesmo e depois enviariam de novo. O cálculo da cotação continua a ser, salvo exceções que dizem respeito, por exemplo, à inscrição de valores correspondentes a fundos comunitários que têm de ser colocados exatamente os valores que se prevê receber, mas tudo o resto é calculado como sendo a média dos vinte e quatro meses, conforme está previsto na lei. -----

----- O Senhor Pedro Melo em resposta à questão dos óleos alimentares, explicou que estavam a fazer um procedimento com a empresa da Prio, que será para a implementação de vários postos, contentores, recipientes onde podem ser colocados os óleos usados para depois seguirem para reciclagem. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu que se teria esquecido de dar uma data à deputada Helena Maciel, da inauguração do museu, que irá ser dia 17 de setembro, e já teriam feito um convite ao Senhor Ministro da Cultura para vir inaugurar o mesmo. Ao senhor deputado Nelson Rodrigues, em relação à participação do município em feiras e certames, referiu que na sua perspetiva seria

sempre positiva, porque dão a conhecer aquilo que há de bom no concelho. Quanto aos custos, não lhe conseguiria dar valores exatos agora. Na questão da avença com um gabinete de advogados, informou que a mesma seria com o Manuel Rodrigues e Associados, com contrato de três anos e valor de cerca de 2 mil euros por mês. -----

----- O Senhor Deputado Nelson Rodrigues do Grupo PSD, ainda relativo ao orçamento e aos desvios orçamentais que teria chamado à atenção, disse não lhe ter sido respondido como é que o município irá gerir a questão de as receitas irem ser inferiores em cerca de 3 milhões de euros. Na questão da reabilitação urbana (ORUs), disse também não lhe ter sido respondido acerca das análises e conclusões retiradas. Quanto aos óleos alimentares, questionou se já estariam a funcionar ou se estariam apenas a ser levantados. Por fim, perguntou como estava a questão do concurso para a recolha dos resíduos sólidos urbanos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara relativamente ao concurso para a recolha dos resíduos sólidos urbanos, informou que iriam lançá-lo no mercado para ver como reage. Houve uma série de constrangimentos, por causa dos bio resíduos, porque a legislação obriga a que se tenha esse sistema articulado até 2023, porém ainda ninguém sabe onde irão ser depositados os bio resíduos. -----

----- Foi realizado um intervalo de cinco minutos. -----

----- **Ponto 2 – Proposta de alteração ao Regimento (PSD)** ----- **P 1/PSD/2022**

----- Interveio o Senhor Deputado José Navarro do Grupo PSD, mencionando que a assembleia teria mostrado a necessidade de alguns pontos serem efetivamente alterados, nomeadamente a questão da desagregação dos tempos dos presidentes de junta dos grupos municipais, por terem assuntos específicos para falar que não seriam consentâneas com o que os grupos municipais teriam para dizer. Teria uma intervenção para fazer que não pôde fazer, porque os presidentes de junta teriam ocupado o tempo, que deveria ser exclusivamente deles, sendo esta uma das questões da alteração proposta, para que possa existir mais discussão e não falte tempo para tal. -----

----- O Senhor Deputado Nelson Rodrigues do Grupo PSD, requereu que a proposta fosse votada ponto por ponto. -----

----- O requerimento foi colocado à votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 17 (12 PS e 5 CDU) | Abstenção: 0 | Favor: 11 (8 PSD, 2 CH e 1 BE) -----



----- **O requerimento foi reprovado.** -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 17 (12 PS e 5 CDU) | Abstenção: 1 BE | Favor: 10 (8 PSD e 2 CH) -----

----- **A proposta foi reprovada.** -----

----- O Senhor Deputado Firmino Amendoeira do Grupo BE, apresentou declaração de voto, que se transcreve: -----

”O BE considera oportuno e pertinente a proposta de alteração do regimento atual, atualmente em vigor apresentada pelo grupo municipal PSD. Tendo em conta que o seu conteúdo geral nos parece mais democrático e assertivo, salvando ainda o facto de serem incluídas várias ações bastante válidas do regimento anterior, no entanto, e uma vez que o mesmo não é discutido ponto por ponto como seria desejável e não estando o BE em total sintonia com a mesma, nomeadamente no artigo 38º, que consideramos que deveria ser uma recomendação e não uma obrigação a realização de sessões ordinárias aos sábados e no artigo 43º, relação com a qual temos algumas reticências no que se refere no período de intervenção dos cidadãos por exemplo, é assim o voto de esquerda, no sentido da abstenção. Queria ressaltar aqui uma situação que é com algumas alterações que o PSD propunha, de facto melhorava o funcionamento da assembleia, outras não as subscrevo nomeadamente a obrigatoriedade de as assembleias serem a um sábado ou a um determinado dia, ou o primeiro fim de semana do mês correspondente às da assembleia e outros artigos assim do género por isso a abstenção era o único que nos restava.” -----

----- O Senhor Deputado José Navarro do Grupo PSD, apresentou declaração de voto, que se transcreve: -----

”Faço das minhas as palavras do senhor deputado do BE, sobretudo na primeira parte, contudo, como é evidente, uma proposta destas poderia cada deputado em consciência, porque os deputados em princípio têm uma consciência individual, votar as partes que lhe acharia mais pertinentes e não votar as partes que não acharia mais pertinentes. Assim impera a lei da rolha, é uma pena.” -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que impera uma votação que teria sido feita e cujo resultado é que teria determinado de que forma a votação seria feita. -----

----- **Ponto 3 –2.º Aditamento ao Contrato entre CMA e a CIMLT – Transportes Passageiros** -----

----- **P 37/P/2022** -----



----- O Senhor Presidente da Câmara de Azambuja, explanou que conforme estaria plasmado na proposta, seria o segundo aditamento ao contrato intermunicipal de delegações de competências entre o município de Azambuja e a comunidade intermunicipal da lezíria, relativamente ao serviço público de transportes, e que o que se pretendia seria que a câmara pudesse avocar uma competência que estaria delegada na comunidade intermunicipal, como por exemplo, a intervenção nas paragens dos autocarros. Referiu que a comunidade não teria essa disponibilidade e capacidade, que estaria delegada na CIMLT na comunidade pela CMA, pela autógama do primeiro contrato que se teria feito interadministrativo, e nessa perspetiva o que se pretendia seria que a câmara voltasse a avocar essa competência, para que não seja necessário esperar que os dez municípios se pronunciem por uma decisão que possa o município querer tomar. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Nelson Rodrigues do Grupo PSD, questionando se a situação seria com os municípios da CIMLT ou apenas do concelho de Azambuja, e que implicações, a nível financeiro irá ter para o município. -----

----- Em resposta ao senhor deputado Nelson Rodrigues, o Senhor Presidente da Câmara, referiu que não seria apenas o município de Azambuja, existiriam mais municípios a querer fazer esta avocação, e que iria ter implicações financeiras, mas não saberia valores. -----

----- O Senhor Deputado Nelson Rodrigues do Grupo PSD, perguntou se o aditamento diria respeito só às paragens ou se também englobaria a organização de transporte escolar. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara afirmou que seriam só as paragens. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 8 PSD | Favor: 20 (12 PS, 5 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- **Aprovado por maioria.** -----

----- **Ponto 4 – Projeto de Regulamento de Atribuição e Gestão das Habitações Sociais** -----

----- **P 13/V-MO/2022**

----- A Senhora Vereadora Mara Oliveira explanou que a proposta viria da competência do município, relativamente ao património habitacional e que teria como objetivo definir as normas que regerão à atribuição das habitações. Referiu ser uma forma de responder ao crescente aumento dos pedidos da habitação social e que teriam optado pelo procedimento concursal, por classificação no projeto



de regulamento. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do Grupo CHEGA, questionando se poderia concorrer à habitação social, visto não possuir bens em seu nome nem rendimentos. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Horácio Ribeiro do Grupo PS, afirmando que o projeto teria sido elaborado com rigor e cumprindo de acordo com a legalidade prevista e por isso mereceria ser aprovado sem reservas. Deixou um reparo à lei habilitante, a Lei nº81/2014, de 19 de dezembro, alínea a) do nº1 do artigo 6º, que permitiria que um proprietário de um ou mais imóveis arrendados no município de Azambuja possa beneficiar de habitação apoiada, sendo que não poderia ser uma responsabilidade aceiteada pelo município. -----

----- O Senhor Deputado António Nobre do Grupo CDU, referiu que no município de Azambuja existia falta de habitação social e falta de intervenção do município em matéria de habitação há muitos anos. Ter-se-iam desenvolvido ultimamente uns programas que aproveitariam terrenos públicos, já edificados, no sentido do alargamento da oferta de habitação social ou de renda apoiada, considerando ser positivo, mas não suficiente, porém deixaria o registo de apoio ao regulamento. --

----- Interveio o Senhor Deputado Gonçalo Ferreira do Grupo PS, fraseando no Sérgio Godinho, que só haverá liberdade a sério quando houver paz, o pão, a habitação, a saúde e a educação. Mencionou ser necessário constituir uma resposta social para todos, sobretudo os mais jovens que se veriam impossibilitados de adquirir casa em face da especulação imobiliária, adiando sucessivamente a sua emancipação. Portugal seria um dos países europeus onde a habitação pública é das menos representativas do mercado habitacional, sendo que a despesa pública com habitação seria inferior a 1% do PIB, quando comparado a outros países que gastariam mais 3% do PIB. Seria urgente o aumento da habitação pública, e ao mesmo tempo seria necessário que se garantisse a uniformidade dos critérios e procedimentos de atribuição de habitação pública, de forma que exista rigor, transparência, imparcialidade, legalidade e uma verdadeira proscrição do interesse público. Por último afirmou votar favoravelmente a proposta. -----

----- A Senhora Vereadora Mara Oliveira em resposta ao senhor deputado Carlos Fonte, afirmou que todas as pessoas poderiam concorrer ao concurso público da atribuição da habitação social, sendo que todas as candidaturas teriam de ser recebidas, e que só depois de avaliar as mesmas é que poderia dizer se todas seriam aceites ou não. -----



----- Interveio o Senhor Deputado José Navarro do Grupo PSD, questionando a senhora vereadora Mara Oliveira se seria a mesma a decidir quem teria habitação social, visto ter falado na primeira pessoa. -----

----- O Senhor Deputado Firmino Amendoeira do Grupo BE, interveio fazendo uma chamada de atenção aos senhores deputados, visto que estariam a colocar questões que estavam previstas no regulamento e que bastava consultarem o mesmo. -----

----- A Senhora Vereadora Mara Oliveira em resposta ao senhor deputado José Navarro, disse que conforme estaria previsto no projeto de regulamento, seria um júri a decidir se as candidaturas seriam aceites ou não. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do Grupo CHEGA, mencionando que compreenderiam que existiria uma questão de não habitação digna, por poderem morar colateralmente até ao terceiro grau e que achariam isso inconcebível. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azambuja André Salema, interveio destacando duas coisas que o regulamento teria incorporado, sendo a primeira, o facto de ter sido acolhido uma situação de necessidade de habitação urgente/temporária para situações graves, por vezes encontradas na freguesia de Azambuja. A segunda, seria deixar um pedido à câmara municipal para que redobre a fiscalização relativamente à habitação social, visto todos saberem os assuntos pendentes lá existentes. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Marta Diniz do Grupo CDU, referindo que não pareceria aceitável, quando se fala de sistemas existenciais como a habitação social, colocar dúvidas, tanto à fiscalização como à possibilidade de uma determinada pessoa poder concorrer ou não ao concurso. Todos teriam de assegurar a todos os seres humanos condições existenciais mínimas, isto enquanto seres humanos e não enquanto seres políticos, e desta forma o regulamento teria o seu voto favorável. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara de Azambuja referiu que a senhora vereadora Mara Oliveira estaria a dizer que as alocações que os senhores deputados teriam feito relativamente ao regulamento, tinham saído na lei, portanto teriam de pedir à senhora presidente da assembleia municipal para que a assembleia da república tenha mais atenção quando produz leis para estas questões. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 10 (8 PSD e 2 CH) | Abstenção: 0 | Favor: 18 (12 PS, 5 CDU e 1 BE) -----

----- **Aprovado por maioria.** -----

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do Grupo CHEGA, apresentou declaração de voto, que se transcreve: -----

” A bancada do partido CHEGA nunca poderia votar favoravelmente nesta proposta, visto que este projeto de regulamento se destina ao apoio a estratos sociais desfavorecidos do município de Azambuja, e a questão essencial que se coloca a essas pessoas para usufruir deste apoio é serem pobres no concelho de Azambuja ou nos concelhos limítrofes. Este regulamento em si não exclui que a pessoa possa ter um património predial de milhares ou milhões de euros em outros concelhos, isto é absolutamente contrário à essência de um regulamento para apoio social, por outro lado, esta proposta vai contra o que a bancada do partido CHEGA tem vindo a defender, o casamento entre menores.” -----

----- **Ponto 5 – Projeto de Regulamento de Apoio à Fixação de Médicos de Família** -----

----- **P 20/V-AMC/2022**

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu que a proposta teria ido à câmara, tendo sido retirada. Posteriormente teriam consultado todas as forças políticas de forma a melhorar o documento hoje apresentado. -----

----- A Senhora Vereadora Ana Coelho elucidou que o regulamento de apoio à fixação de médicos de família, seria mais uma solução que o município teria encontrado para tentar resolver o problema da saúde, disponibilizando-se para qualquer esclarecimento. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do Grupo CHEGA, felicitando o executivo por ter acolhido as sugestões dos diferentes partidos políticos para a elaboração do regulamento. --

----- Interveio o Senhor Deputado Tiago Santos do Grupo PSD, aferindo que seria uma das muitas pessoas que não disporia de médico de família, e sendo um problema que vinha a ser recorrente ao longo dos anos, iriam votar a proposta com o maior dos agrados e na esperança que resolvesse alguns dos problemas que a saúde do concelho vem atravessando. Deixou uma menção aos senhores vereadores do PSD e a todos os que se teriam esforçado para que a proposta inicial fosse alterada. -

----- O Senhor Primeiro Secretário Rodrigo Conceição do Grupo PS, informou a assembleia municipal,



como representante da mesma na comunidade dos agrupamentos de centro de saúde, que na passada quarta-feira teriam tido a primeira reunião do agrupamento dos centros de saúde, portanto, Azambuja, Alenquer, Vila Franca de Xira, Benavente e Arruda dos Vinhos, e que todos os municípios tinham lamentado a falta de médicos e citado o que necessitavam ao presidente, a todos os presentes e à diretora executiva. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 0 | Favor: 28 (12 PS, 8 PSD, 5 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- **Aprovado por unanimidade.** -----

----- **Ponto 6 – Revisão Orçamental n.º2** ----- **P 45/P/2022**

----- O Senhor Presidente da Câmara informou que a segunda revisão orçamental foi realizada porque não estariam a contar com a substituição integral da iluminação LED do concelho de Azambuja e que não tinham verba para tal. Teria sido presente uma candidatura para a substituição integral da iluminação LED do concelho de Azambuja, cerca de 7500 luminárias que foram instaladas ao abrigo de dois projetos. Inicialmente teria existido candidatura ao FEDER, que teve a boa aprovação da comunidade económica europeia, e que mais tarde se veria a revelar invetiva, portanto, o investimento que o projeto implicou terá de ser pago pela poupança gerada pelo mesmo. -----

----- A proposta foi colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 10 (8 PSD e 2 CH) | Favor: 18 (12 PS, 5 CDU e 1 BE) -----

----- **Aprovado por maioria.** -----

----- O Senhor Deputado Nelson Rodrigues do Grupo PSD, interveio solicitando ao executivo que juntasse as declarações de voto às propostas que o mesmo traria à assembleia. -----

----- **Ponto 7 – Requalificação da Escola Secundária de Azambuja** ----- **P 47/P/2022**

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu que este era um dos pontos fortes da assembleia, e que pensaria ser consensual o programa que a escola tem de sofrer. Existiriam algumas nuances, nomeadamente em relação à construção ou não de um pavilhão polidesportivo e de mais salas de aulas com capacidade para mais seis turmas. No projeto inicial não estaria previsto, mas na reunião de câmara, afirmou ter-se comprometido que tudo faria para que a construção do pavilhão polidesportivo fosse uma realidade. O projeto tem garantido 1,7 milhões de euros, podendo ir até

aos 2,2 milhões de euros, dito pela CCDR do Alentejo, que tem exercido pressão para que a obra avance, caso contrário existe o risco de perder a verba já garantida. O projeto 2030 termina em 2023 e até lá é necessário haver execução de obra física, para que a verba não seja distribuída por outras obras que estejam a decorrer em outros concelhos no âmbito da CCDR do Alentejo. A Senhora Secretária de Estado da Educação afirmou, no seu discurso em Vila Nova da Rainha, que teria inscrito no programa 2030 uma verba de 1,8 milhões de euros para o apoio financeiro da Escola Secundária de Azambuja. O Senhor Presidente referiu querer perceber, junto do Senhor Ministro, qual será a realidade destes apoios financeiros, para igualmente perceber o esforço que o município terá de fazer. O município carece de um conjunto de infraestruturas, a competência da educação foi aceite no mando anterior, e eventualmente, dever-se-ia ter calculado mais algumas situações, porém pensaria que estavam criadas as condições para avançar com a obra. Será necessário recorrer a um empréstimo bancário, dispondo a câmara de capacidade de endividamento na ordem dos 18 milhões de euros, embora só possa utilizá-lo em fases anuais de cerca de 4,4 milhões de euros, portanto, nessa perspetiva existe espaço imediato para desenvolver a obra. Seria uma decisão política, que com certeza englobaria todas as forças e que deixaria à consideração dos senhores deputados a análise da proposta. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do Grupo CDU, mencionando que este projeto em concreto, se tratava do pedido de contração de um empréstimo para financiar uma obra pública, que deveria ser financiada pela administração central e não pelo município. Pelo que se teria apercebido existia alguma esperança, de que a administração central venha a participar boa parte da obra, talvez uns 70/75%. De qualquer das formas, colocaria um problema que teriam de enquadrar que é, qual será o montante que o município irá necessitar para avançar com a obra, será a totalidade como está referido na proposta, ou funcionará como uma autorização para que o município possa contrair o empréstimo e utilizá-lo à medida das necessidades. Entretanto já tinham autorização da assembleia para a contratação do empréstimo, existindo assim outro problema, que em nome da CDU não gostaria de deixar de salientar, que é realmente um investimento devoluto, que embora corresponda a parte do projeto, porque não estava presente a globalidade do mesmo, faltaria ainda o pavilhão de apoio à escola, que obviamente traria um investimento mais vultuoso do que o que estaria agora em causa. Não se poderiam esquecer do equilíbrio da distribuição ou na execução da despesa pública do



município pelo conjunto do concelho. Se eventualmente existir a comparticipação da administração central mais reforçada e proveniente de fundos comunitários, como creem, espera que haja alguma verba disponível para outros investimentos. Iriam votar favoravelmente a proposta, mas não se poderiam esquecer de que o concelho é um todo e é necessário investir em outras áreas públicas do concelho carecidas dela. -----

----- A Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do Grupo CHEGA, lamentou que o projeto descure a existência de duas estruturas fundamentais e imprescindíveis, um pavilhão para a prática de educação física e um elevador para cidadãos com mobilidade reduzida ou outras especificidades momentâneas. O executivo já tinha informado que iria resolver a situação com a colocação de plataformas, porém, achava que não é solução. Existem cidadãos que não conseguem utilizar uma plataforma sozinhos, logo, estariam sempre dependentes de outros. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Navarro do Grupo PSD, referindo que a proposta que iriam aprovar, vinha no seguimento da P 32/AP/2021, aprovada na reunião de câmara no dia 22 de dezembro de 2021. Aprovou-se a transferência de competências do ministério para a câmara municipal, as quais incluíam uma empreitada, o financiamento da mesma, e a câmara ficaria comprometida com a reabilitação e modernização da escola e a elaboração do projeto de arquitetura e especialidades. No dia 7 de abril, a DGEST, deu um parecer favorável a um projeto de arquitetura de uma empresa chamada Proterritório e assinado pela arquiteta Ana Filipa Andrade Pano, que foi enviado para a DGEST dia 30 de março de 2022. No dia 14 de junho, existe informação, cujo anexo 3 diz que o custo da empreitada seria de 4.833.972,24€, portanto, questionou como é que a empreitada teria passado de 1 milhão e 700 mil euros para 4.833.972,24€. O projeto data de julho de 2020, por isso o projeto já existiria antes do contrato do dia 26 de novembro, em que a câmara assegurava a elaboração do projeto. Questionou o motivo que teria levado o projeto a subir de custo, visto que não tinha existido nenhuma alteração ao mesmo de novembro até junho, quem é a Proterritório, quem é a arquiteta Otília da DGEST e quem teria pago o projeto. A questão do pavilhão seria de extrema importância, porque atualmente, as aulas de educação física estariam a ser lecionadas em um ginásio atamancado no sítio onde havia as oficinas. Segundo o projeto, será acrescentado uma sala de reuniões para os professores e parte da reprografia passa para o meio de um corredor, deixando umas passagens de metro e meio de cada lado, considerando assim que as

instalações para o trabalho dos professores seriam no mínimo infames. A biblioteca possui um espaço absolutamente exíguo, não existindo alargamento do espaço no projeto. O único espaço que será alargado, é meio metro para trás do pavilhão do refeitório e da sala de convívio dos alunos, não percebendo assim, como iriam ser aumentadas o número de salas. Relativamente às plataformas móveis, referiu não saber como iriam colocar uma plataforma nas escadas com dois lances. Disse que não teriam consultado ninguém para a elaboração deste projeto, e que o mesmo não corresponderia ao projeto pedagógico do grupo de Escolas de Azambuja, que possui uma situação bizarra, que é o sétimo ano estar separado do oitavo ano por falta de espaço na escola. -----

----- O Senhor Deputado Gonçalo Ferreira do Grupo PS, referiu que o direito à educação não passaria apenas por se possuir uma infraestrutura em que se possa estudar, passaria pelo facto da escola possuir condições para um estudo adequado. As maiores lutas travadas pela juventude têm sido em assegurar que as salas de aula possuam condições, para que exista de facto condições de aprendizagem nas mesmas. A educação não passa apenas por ser necessário possuir infraestruturas com condições, mas também por ser uma educação inclusiva em que os alunos se sintam acolhidos na escola que frequentam. Desta forma não se pode olhar para a educação como um mero conceito abstrato, em que se aprende numa escola, mas em todas as condições necessárias para que este direito se concretize. -----

----- O Senhor Deputado Firmino Amendoeira do Grupo BE, mencionou que deveria ser revista a forma de convocar as assembleias com uma ordem de trabalhos muito extensa. Alertou para aquando da existência de casos destes, a documentação seja entregue com maior antecedência, para que pudessem estar a par de toda a documentação, e existir uma discussão com seriedade, visto que não teria tido tempo para ver este plano da ordem de trabalhos. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que teria dado entrada um requerimento para prolongar a sessão no máximo até mais uma hora, e que iria colocar o mesmo à votação. -----

----- O requerimento foi colocado à votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 3 (2 CH e 1 PS) | Abstenção: 0 | Favor: 25 (11 PS, 8 PSD, 5 CDU e 1 BE) -----

----- **O requerimento foi aprovado por maioria.** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara mencionou que, a senhora deputada Maria de Fátima Pinto



falou na questão de se estar a fazer um paliativo em vez de se relevar uma coisa que seria essencial, que são os elevadores em vez das plataformas, e tinha falado também na questão do pavilhão desportivo, e aí estavam todos de acordo. Em resposta ao deputado José Navarro explicou, que 1,7 milhões de euros seria o financiamento assegurado em termos de CCDR, e que 4,7 milhões de euros seria o valor que será lançado da empreitada. Teriam existido alterações ao projeto, que haveriam sido impostas pela DGEST, que subiram o orçamento em cerca de 300 mil euros. O projeto teria sido pago pela câmara. O senhor deputado Firmino Amendoeira teria feito uma afirmação que naturalmente seria contra procedente, visto que ao ser líder de bancada, tem a responsabilidade de estar minimamente dentro dos assuntos para os discutir minimamente. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada à votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 7 (6 PSD e 1 CH) | Abstenção: 4 (2 PSD, 1 CH e 1 BE) | Favor: 17 (12 PS e 5 CDU) -----

----- **Aprovado por maioria.** -----

VII – APROVAÇÃO DA MINUTA -----

----- Aprovada por unanimidade -----

VIII – ENCERRAMENTO -----

----- Eram meia-noite e cinco minutos, quando a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. -----

----- Os trabalhos da Assembleia Municipal foram transmitidos através do Youtube no canal da Assembleia Municipal e poderão ser visionados através do link: -----

----- <https://youtu.be/NpLTUx-S1cY> -----

----- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----

A Presidente da Assembleia Municipal de Azambuja,



Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos

Primeiro Secretário,

Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição

Segunda Secretária,

Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo